

**UFRRJ**  
**INSTITUTO DE AGRONOMIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**  
**AGRÍCOLA**

**DISSERTAÇÃO**

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO MEIO RURAL: ESTUDO DAS  
PRÁTICAS AMBIENTAIS NA ESCOLA UNIÃO, RESERVA  
EXTRATIVISTA CHICO MENDES EM XAPURI, ACRE**

**ERASMO MENEZES DE SOUZA**

**2014**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
DECANATO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO MEIO RURAL: ESTUDO DAS  
PRÁTICAS AMBIENTAIS NA ESCOLA UNIÃO, RESERVA  
EXTRATIVISTA CHICO MENDES EM XAPURIAÇRE**

**ERASMO MENEZES DE SOUZA**

*Sob a Orientação do Professor*  
**Dr. Jorge Luiz de Góes Pereira**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

**Seropédica, RJ  
Agosto de 2014**

363.7

S729e

T

Souza, Erasmo Menezes de, 1977-

Educação ambiental no meio rural: estudo das práticas ambientais na Escola União, Reserva Extrativista Chico Mendes em Xapuri, Acre / Erasmo Menezes de Souza. - 2014.

35 f.: il.

Orientador: Jorge Luiz de Góes Pereira.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola, 2014.  
Bibliografia: f. 34.

1. Educação ambiental - Teses. 2. Meio ambiente - Aspectos sociais - Teses. 3. Reserva Extrativista Chico Mendes (AC) - Teses. 4. Educação ambiental - Acre - Teses. I. Pereira, Jorge Luiz de Góes, 1967- II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola. III. Título.

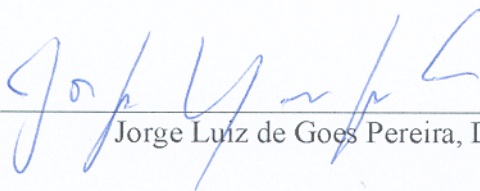
DEDICATÓRIA

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE AGRONOMIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

ERASMO MENEZES DE SOUZA

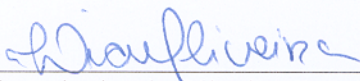
Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 28/08/2014.



---

Jorge Luiz de Goes Pereira, Dr. UFRRJ



---

Lia Maria Teixeira de Oliveira, Dra. UFRRJ



---

Tatiane da Costa Barbé, Dra. EMBRAPA

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho ao meu filho e a minha esposa, por servirem sempre de inspiração para o sucesso em minha vida.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao meu orientador, o Professor Dr. Jorge Luiz de Góes Pereira, pelo incentivo e confiança;

Ao ex Reitor do IFAC prof. Dr. Marcelo Minghelli, pela confiança e aposta na qualificação dos docentes e pela amizade construída;

Ao professor Dr. Ramofly Bicalho dos Santos, pelas palavras de conforto e de incentivo nos momentos difíceis que passei;

Aos meus alunos e meus colegas de mestrado que muito me incentivaram e serviram de inspiração para o desenvolvimento desse trabalho;

Aos meus familiares, especialmente minha esposa Márcia dos Santos Saraiva, minha mãe Eneide Menezes de Souza e meu pai Guilherme Eremith de Souza, pelo apoio;

Ao Instituto Federal de Rondônia – Campus Ariquemes e a Secretaria Estadual de Educação- Núcleo Xapuri – na figura da professora Zilah Carvalho Mastub por me receberem para a realização dos estágios;

À equipe do PPGEA, pela acolhida.

## RESUMO

SOUZA, Erasmo Menezes de. **Educação Ambiental no Meio Rural: Estudo das Práticas Ambientais na Escola União, Reserva Extrativista Chico Mendes em Xapuri, Acre, Brasil.** 2014. 35 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

No cenário mundial são explícitas as discussões em torno das práticas ambientais, tornando-se a cada dia que passa um dos fatores mais importantes para a implantação de uma consciência a cerca da realidade do mundo em que vivemos e suas relações com o meio. Nesse contexto, se torna necessário a inserção dentro dos planos pedagógicos das disciplinas regulares de forma transversal, conteúdos relacionados com a temática das práticas ambientais, enfatizando a importância da criação de uma conscientização que vai além de atividades regulares desenvolvidas em sala de aula. Nesse sentido, esse estudo visa a compreensão das práticas e sua contextualização social na Escola União, colação Rio Branco, na reserva extrativista Chico Mendes. Trata-se de uma análise qualitativa, documental, realizada através do diagnóstico de documentos oficiais e não oficiais, bem como entrevistas com moradores nativos da região. Os resultados nos mostram que ao se trabalhar em conjunto das disciplinas regulares assuntos relacionados à problemática envolta na prática de Educação Ambiental, surge a conscientização e conseqüentemente a formação de um individuo preocupado não somente com ele mas com todo o meio em que está inserido. Tal explicita novas formas de relação que permite a confirmação da execução de um tipo de Educação Ambiental transformadora.

**Palavras Chave:** Processos politico-educacionais; Transversalidade; Práticas socioambientais.

## ABSTRACT

SOUZA, Menezes de Erasmo. **Environmental Education in Rural Areas: Study of Environmental Practices in School Union, Chico Mendes Extractive Reserve in Xapuri, Acre, Brazil**. 2014 35 f. Dissertation (Masters in Agricultural Education). Institute of Agronomy, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ . 2014

On the world stage are explicit discussions around environmental practices, becoming with each passing one of the most important factors for the implementation of an awareness about the reality of the world we live in and its relations with the noon. In this context, the insertion becomes necessary within the educational plans of the regular disciplines transversely content related to the topic of environmental practices, emphasizing the importance of creating an awareness that goes beyond the regular activities in the classroom. Thus, this study aims to understand the social practices and their contextualization in School Union, placement Rio Branco, in the Chico Mendes Extractive Reserve. This is a qualitative, document analysis, performed through the diagnosis of official and unofficial documents, as well as conversations with native residents. The results show that awareness and consequently the formation of a concerned individual not only with him but with all the means in which it appears to be working together disciplines of regular issues related to problematic shrouded in practice Environmental Education, arises. Such explicit new forms of relationship that allows confirmation of execução a kind of transformative environmental education.

**Keywords:** Political and educational processes; Transversality. social and environmental Practices.



## **LISTA DE TABELA**

|   |           |
|---|-----------|
| <b>Tabela 1:</b> Carga Horária por Ano/Série I .....  | <b>27</b> |
| <b>Tabela 2:</b> Carga Horária por Ano/Série II ..... | <b>28</b> |
| <b>Tabela 3:</b> Índice de Evasão por Município ..... | <b>29</b> |

## LISTA DE FIGURAS

|   |           |
|---|-----------|
| <b>FIGURA 1.</b> Fonte: Propaganda do Governo para atrair nordestinos para a Amazônia .....                                     | <b>2</b>  |
| <b>FIGURA 2.</b> Reservas Extrativistas e Paes – Projetos de Assentamentos Agroextrativistas Existentes no Estado do Acre. .... | <b>21</b> |
| <b>FIGURA 3.</b> Estado do Acre dividido por macrorregiões .....  | <b>24</b> |
| <b>FIGURA 4.</b> Zona Rural de Xapuri/Acre.....   | <b>26</b> |
| <b>FIGURA 5.</b> Zona Rural de Xapuri. ....   | <b>26</b> |
| <b>FIGURA 6.</b> Escola União na Resex Chico Mendes, Xapuri/ Acre .....   | <b>29</b> |
| <b>FIGURA 7.</b> Escola União na Resex Chico Mendes, Xapuri/Acre .....  | <b>35</b> |
| <b>FIGURA 8.</b> Escola União na Resex Chico Mendes, Xapuri/Acre .....  | <b>35</b> |

## **LISTA DE ABREVIATURAS, NOMENCLATURAS E SÍMBOLOS**

**BM** – Banco Mundial

**BID** – Banco Interamericano de Desenvolvimento

**EA** – Educação Ambiental

**EJA** – Educação de Jovens e Adultos

**FMI** – Fundo Monetário Internacional

**GDP** – Grupo de Educação e Pesquisa

**IBAMA** – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**IDM** – Instituto de Educação Profissional Dom Moacyr Grechi

**INEP** – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

**NEAS** – Núcleo de Educação Ambiental

**ONGs** – Organizações Não-Governamentais

**PT** – Partido dos Trabalhadores

**RESEX** – Reserva Extrativista

**SAF** – Sistema Agro-Florestal

**SEE** – Secretaria de Estado de Educação

**STR** – Sindicato do Trabalhadores Rurais

**UFAC** – Universidad Federal do Acre

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>APRESENTAÇÃO</b> .....   | <b>1</b>  |
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....   | <b>4</b>  |
| <b>METODOLOGIA</b> .....  | <b>6</b>  |
| <b>1</b> <b>CAPITULO I – POR UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA</b> .....   | <b>7</b>  |
| 1.1.      Concepções Teórico- Metodológicas de Educação Ambiental .....   | 8         |
| 1.1.1.     A Educação Ambiental Tradicional ou Comportamental.....  | 9         |
| 1.1.2.     A Educação Ambiental Crítica ou Popular.....   | 9         |
| 1.2.      Educação Ambiental no Brasil .....  | 11        |
| 1.2.1.     A Educação Ambiental na educação escolar brasileira e a construção de redes<br>estratégicas .....                | 13        |
| <b>2</b> <b>CAPITULO II – A CRIAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA CHICO<br/>MENDES COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA PUBLICA</b> ..... | <b>17</b> |
| 2.1.      Breve histórico da RESEX Chico Mendes .....   | 17        |
| 2.2.      A criação da Escola União: histórico de busca pela aprendizagem .....   | 22        |
| <b>3</b> <b>CAPITULO III – EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ESTADO DO ACRE: O<br/>CASO DO PROGRAMA ASAS DA FLORESTANIA</b> .....       | <b>24</b> |
| 3.1.      Caracterização Geográfica do Estado do Acre .....   | 24        |
| 3.2.      Programa Asas da Florestania: O Caso da Escola União .....  | 25        |
| 3.3.      Que tipo de Educação Ambiental? .....   | 30        |
| <b>CONCLUSÃO</b> .....  | <b>33</b> |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....   | <b>34</b> |
| <b>ANEXOS</b> .....   | <b>35</b> |

## APRESENTAÇÃO

Historicamente, vários fatores contribuíram para o surgimento das chamadas Reservas Extrativistas. Reportamos então nos estudos ao ciclo de migração ocorrido no Brasil no início do século XX, em decorrência de fatores econômicos e políticos. Esse processo de migração ocorrido no Brasil, mais precisamente na Amazônia, culminou com a formação, no norte, de uma grande ocupação de nordestinos e sertanistas, que ocuparam essa região em busca de melhora em suas condições de vida, através de promessas do governo federal em receberem a terra para seu cultivo e dela retirarem seu sustento.

Com o ciclo da borracha ocorrido durante a Segunda Guerra Mundial muito desses brasileiros se instalaram nos estados do norte, sendo denominados pelo governo federal como “Soldados da Borracha”, alusão feita à 2ª guerra mundial, onde o governo passou a incentivar a ida dos nordestinos para o norte por conta do apoio dado ao Estados Unidos, após ocupação da Ásia pelos Japoneses, para intensificar a produção de látex incentivada pela indústria bélica Americana.

Esses brasileiros, denominados de seringueiros, viveram por muito tempo “a mercê” dos grandes proprietários de seringais, em um processo chamado de “sistema de aviamento”, onde predominava a troca da borracha por bens de consumo, com preços bem acima dos praticados nos grandes centros, causando um constante endividamento dos trabalhadores.

Nesse contexto, os seringueiros ficaram fadados a uma outra forma de vida social até então desconhecida por eles, onde, sem recursos para retornarem às suas origens, gerações inteiras foram nascendo e se formando dentro da floresta. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, entramos no processo de crise da borracha, o cenário nos seringais também mudou, gerando abandono e enfraquecimento dos seringalistas, donos de seringais, sem capacidade financeira de compra da borracha e sem capacidade de manter, abastecido, seus barracões de mercadorias de troca.

Contrário a esses processos de aviamento surgiu no estado do Acre, conforme Allegretti (2008),

uma formação de base Camponesa de seringueiros autônomos, que não mais pagavam renda nem vendiam seus produtos ao barracão. Foi esse grupo que protagonizou as mudanças ocorridas na década de 1970 (p. 44).

O governo militar, a partir de 1967, começou a implementar uma política pública de substituição dos antigos seringais por fazendas agropecuárias, através de incentivos fiscais e facilitação de meios de acesso ao norte.



**Figura 1.** Fonte: Propaganda do Governo para atrair Nordestinos para a Amazônia

Ocorre que, a partir dessa política adotada pelo governo federal gerou-se nos seringais acreanos reações adversas. Uma vez que neles, os seringalistas exerciam seu poder de venda, dos seringais, com os seringueiros dentro. Impotentes, frente essa situação os seringueiros eram expulsos de suas terras, uma vez que eles, sem saberem, também eram posseiros, pois faziam uso da terra, como forma de sobrevivência, e ficavam largados a própria sorte nas periferias das cidades.

Assim, surgem no Acre os primeiros movimentos influenciados pela Igreja Católica. Surgindo daí os primeiros líderes dos seringueiros, como Wilson Pinheiro, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Brasília, cidade vizinha a 64 km de Xapuri.

Wilson Pinheiro foi o primeiro a enfrentar os grandes proprietários de terras através dos chamados “empates”, organizando os seringueiros para fazer o impedimento das derrubadas e conseqüentemente uma negociação com os mesmos, para que houvesse uma divisão de terra com os seringueiros oriundo dela.

Esses “empates” tornaram-se constantes e culminaram no assassinato de Wilson Pinheiro em julho de 1980. Nesse clima de antagonismo, surge uma figura de destaque e de liderança entre os seringueiros, Chico Mendes, nascido e criado numa região de Xapuri, hoje denominada Reserva Extrativista Chico Mendes.

Em 1981 é concebido uma proposta educacional denominada de Projeto Seringueiro, o qual viria quebrar a ausência de políticas sociais nessa região. Esse projeto de educação consistia na alfabetização de adultos, e de organizações de uma cooperativa de seringueiros envolvidos nos empates, foi a primeira iniciativa de um sindicato rural realizada em parceria com agentes externos nessa parte da Amazônia Ocidental.

O surgimento da definição de Reserva Extrativista se dá a partir do I Encontro dos Seringueiros em 1985, em Brasília, onde começou a se discutir um modelo de Reforma Agrária para os povos da floresta, assim como a implementação de políticas públicas para a educação, saúde, cultura e infraestrutura dessa região.

Conforme Allegretti (2008),

as Reservas Extrativistas surgiram como conceito em 1985, durante o I Encontro Nacional dos Seringueiros, tendo como modelo de terras indígenas como referência, são áreas públicas, de propriedade da União, não divididas em parcelas individuais, asseguradas para comunidades com tradições no uso dos recursos naturais, mediante regras de uso definidos pelo poder público (p. 48).

Um elemento decisivo para a conquista da institucionalização por decreto presidencial em 30 de janeiro de 1990, foi a repercussão internacional do assassinato de Chico Mendes ocorrido em 20 de dezembro de 1988. Pressionando o governo a formalizar as Reservas Extrativistas como política pública, criando, em março de 1990, três áreas, inclusive a Reserva Extrativista Chico Mendes com quase 1 milhão de hectares nas áreas conflitantes.

Representado assim, importantíssimo fator de desenvolvimento social e de proteção do meio ambiente de forma racional e sustentável, uma vez que esses dois fatores surgiram através de propostas oriundas de um movimento social. Importante também lembrar que esse movimento social não lutava apenas pela posse da terra, mas também pelo uso dos recursos nelas disponíveis, não havendo indícios históricos anteriores de que uma luta pela Reforma Agrária tenha levado em consideração os aspectos ambientais, seja em termos de escolhas de áreas, sistema de produção ou impactos sobre elementos da natureza como solo, água e floresta (ALLEGRETTI, 2008).

A Reserva Extrativista Chico Mendes, criada pelo decreto nº 99.144 de 12 de março de 1990, com uma área de 970.570 ha, encontra-se no estado do Acre, abrangendo os municípios de: Assis Brasil, Brasiléia, Capixaba, Xapuri, Sena Madureira e Rio Branco. Hoje em sua estrutura educacional possui 28 escolas de educação básica.

Ministrando a disciplina de Matemática em Xapuri, desde 2010, nos cursos técnicos em Meio Ambiente e Gestão ambiental, verifiquei a necessidade de efetuar um estudo mais aprofundado nas aplicações das práticas pedagógicas nas Escolas provenientes da Reserva Extrativista, mediante o histórico de lutas desenvolvidas nessa região e sua importância no cenário nacional.

## INTRODUÇÃO

A Educação Ambiental (EA) deve ser entendida de modo abrangente, sobretudo, se comparada com o atual modo como tem sido assimilada. Sua importância extrapola o âmbito da academia, tornando-se um importante instrumento de política pública. Algumas análises em torno da temática da EA tem apresentado o cotejo entre um tipo de compreensão conservadora e outro tipo considerado como radical, como se verá neste trabalho.

A adoção do instrumento denominado de Reserva Extrativista (RESEX), muito embora seja fruto de demandas oriundas de agrupamentos identificados com novas formas de procedimentos políticos e também educacionais, se trata também de um novo instrumento no modo de se fazer política, ratificação governamental de proposituras colocadas pelos próprios grupos no seu processo de inserção socioeconômica. Atualmente, a perspectiva em que as RESEX são situadas permite a análise do viés educacional, sobretudo, no tocante ao âmbito ambiental em sua conceituação conservadora ou radical.

O presente trabalho tem por objetivo analisar as práticas de EA na Escola União, Seringal Floresta, colocação<sup>1</sup> Rio Branco, no interior da Reserva Extrativista Chico Mendes, Xapuri. Especificamente pretendemos ao longo do trabalho identificar as práticas pedagógicas ambientais desenvolvidas pelos docentes e alunos da Escola União no interior da reserva; avaliar o papel da Escola União na formação ambiental da comunidade de seringueiros e extrativistas da Reserva e, por fim, analisar a relação entre a formação docente e as práticas pedagógicas relacionadas às questões ambientais.

Nosso trabalho se justifica pela constatação da dificuldade de implementação de processos de transformação das práticas pedagógicas no ambiente escolar. De modo mais preciso nos referimos aos processos que visam transformar a teoria e os discursos pedagógicos críticos-reflexivos em realidade nas esferas que envolvem a educação escolar. Pesquisar sobre as práticas ambientais no interior da Reserva Chico Mendes é de vital importância para o entendimento da formação e do desenvolvimento na comunidade da relação entre meio ambiente e educação escolar, bem como sua aplicabilidade no meio rural.

No primeiro capítulo, intitulado “Por Uma Educação Ambiental Crítica”. procuraremos contextualizar histórica e teoricamente, a temática em torno do fenômeno da EA, tendo em vista a necessidade de subsidiar as análises posteriores em torno das especificidades educacionais no interior da Reserva Extrativista Chico Mendes. Versará sobre a concepção teórico-metodológica da EA, acerca de sua historicidade no mundo e no Brasil e, por fim o conjunto de perspectivas que constituem o arcabouço teórico da EA escolar, apreciadas em um cotejo entre a Educação Ambiental Tradicional e a Educação Ambiental Crítica, com destaque para a presença de redes estratégicas de EA.

O debate em torno da temática de EA é similar à discussão de outros tantos conceitos no mesmo arcabouço teórico, tais como: desenvolvimento, sustentabilidade, crise ecológica, entre outros termos. Um exemplo claro acerca do contexto histórico em que surge a EA é justamente a relação entre desenvolvimento e preservação ambiental, discussão que a EA tem tomado para si através da transversalidade do conhecimento.

O segundo capítulo, “A Criação da Reserva Extrativista Chico Mendes como Instrumento de Políticas Públicas”, objetiva a apresentação de um breve histórico que propiciou a criação da Reserva Extrativista Chico Mendes. A abordagem desse processo histórico é importante por se constituir em uma das primeiras ações da política governamental brasileira voltada para os sujeitos dessa região da Amazônia, muito por conta das contradições

---

<sup>1</sup>Colocação é o nome dado à unidade familiar dos seringueiros, incluindo moradia, as estradas de seringa, o roçado, as áreas de caça, pesca e coleta e de transformação da borracha, este nome continua denominando o local das unidades familiares dentro da floresta.



que haviam surgido que opunham seringueiros e populações tradicionais *versus* seringalistas (antigos beneficiários do sistema de aviação) e pecuaristas, isto é, novas e velhas formas de reprodução social que apresentavam formas diferenciadas de utilização do espaço.

A exposição desse processo histórico permitirá o entendimento do pano de fundo em que acabam sendo constituídas as instituições escolares na região do município de Xapuri/Acre, município onde se encontra a RESEX Chico Mendes, cuja história está umbilicalmente ligada a esses processos em torno da constituição da reserva enquanto instrumento de política pública. Mais ainda, traça a elucidação da gênese das práticas pedagógicas ambientais no interior da reserva, tendo em vista que a constituição deste tipo de instrumento de política pública tem relação com a educação.

Por fim, no terceiro capítulo, intitulado “Educação Ambiental no Estado do Acre: o caso do Programa Asas da Florestania” é apresentado um caso particular de implantação de determinado tipo de Educação Ambiental no interior Reserva Extrativista Chico Mendes. A abordagem desse processo histórico é importante por se constituir em importante ferramenta de discussão que possibilita entrever o conjunto de contradições que tentam viabilizar um tipo de educação que articule e agregue o fator ambiental natural. Diante disso, objetiva-se apresentar, de forma breve e sucinta, o Programa Governamental Asas da Florestania, da área de educação do executivo estadual do Acre. Além de analisar que tipo de EA se orchestra no interior da floresta acriana, de modo que se tenha a possibilidade de inferência acerca de determinado tipo de EA, se Tradicional ou Crítica.

## METODOLOGIA

A presente pesquisa se respalda nas técnicas e métodos conhecidos como pesquisa qualitativa, uma vez que o trabalho com a Educação Ambiental está ligado a elementos concretos e abstratos difíceis de serem quantificados. A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes. Dedicar-se àquilo que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Ela considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser reduzido apenas em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Entretanto, deve-se salientar que a pesquisa não nega a importância do aspecto quantitativo, o qual deverá ser utilizado em determinados momentos.

Esse procedimento metodológico utilizou-se da vivência, da experiência e do cotidiano dos docentes das escolas da Reserva Extrativista Chico Mendes para a compreensão de seus saberes e percepções a cerca da EA. O que se avaliou não foi a quantidade de conhecimento, mas a mobilização destes em acioná-los e buscar novos saberes para realizar e qualificar sua prática. Portanto, os instrumentos de avaliação só cumprem com sua finalidade se puder diagnosticar o uso funcional e contextualizado dos conhecimentos ambientais. Para tanto, o processo metodológico contou com a investigação de documentos oficiais da escola, tais como: planos de aula, planos de curso, diários de classe dos docentes e os cadernos dos alunos. Em virtude disso é analisado o planejamento dos docentes na Reserva Extrativista no intuito de entrever o *modus operandi* da temática da EA.

Através desse instrumental foram analisadas algumas categorias como a presença da EA no cotidiano escolar, as práticas pedagógicas relacionadas às questões ambientais e o trabalho com os conhecimentos dos alunos em relação às questões ambientais. Dessa forma, foi realizada uma análise documental e um acompanhamento junto com os coordenadores pedagógicos da Secretaria de Educação do Estado (SEE) do Acre, na Reserva Extrativista Chico Mendes.

## 1 CAPÍTULO I – POR UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA

O presente capítulo tem por objetivo contextualizar, histórica e teoricamente, a temática em torno do fenômeno da EA, tendo em vista a necessidade de subsidiar as análises posteriores em torno das especificidades educacionais no interior da Reserva Extrativista Chico Mendes. Versará sobre a concepção teórico-metodológica da EA, acerca de sua historicidade no mundo e no Brasil e, por fim, o conjunto de perspectivas que constituem o arcabouço teórico da EA escolar, apreciadas em um cotejo entre a EA Tradicional e a EA de cunho Crítico, com destaque para a presença de redes estratégias de EA.

O debate em torno da temática EA é similar à discussão de outros tantos conceitos no mesmo arcabouço teórico, tais como: desenvolvimento, sustentabilidade, crise ecológica, entre outros termos. Um exemplo claro acerca do contexto histórico em que surge a EA é justamente a relação entre desenvolvimento e preservação ambiental, discussão que a EA tem tomado para si através da transversalidade do conhecimento.

Em certo sentido, pode-se afirmar que a EA tem se valido do ambiente enquanto fator qualificador para a consecução de um tipo de educação muito além do capital e além da educação tradicional predominante na contemporaneidade (CARVALHO, 2001). Essa compreensão de EA não se trata apenas da instrumentalização exercida pela mesma através da contextualização dos sujeitos históricos no seu entorno político, social e econômico, recorrente através de trabalhos de campo, aulas ao ar livre, enfim, um maior contato com a natureza; se trata da consideração daquilo que se apresenta como novo na EA, isto é,

O novo de uma EA realmente transformadora [...], daquela EA que vá além da reedição pura e simples daquelas práticas já utilizadas tradicionalmente na educação, tem a ver com o modo como esta EA revisita esse conjunto de atividades pedagógicas, reatualizando-as dentro de um novo horizonte epistemológico em que o ambiental é pensado como sistema complexo de relações e interações de base natural e social e, sobretudo, definido pelos modos de sua apropriação pelos diversos grupos, populações e interesses sociais, políticos e culturais que aí se estabelecem. O foco de uma EA dentro do novo paradigma ambiental, portanto, tenderia a compreender, para além de um ecossistema natural, um espaço de relações socioambientais historicamente configurado e dinamicamente movido pelas tensões e conflitos sociais (CARVALHO, 2001, p. 44-45).

A criação do vínculo entre o fator educacional e ambiental é por si só uma exitosa conciliação epistemológica, materialização de um tipo específico de transversalidade que surge com o intuito de responder efetivamente a uma conjuntura de crise: a crise ecológica. Mas surge um questionamento o que seria a crise ecológica? E que papel passa a ter o fato educacional neste interim?

Segundo Coggiola (2004, p. 01), por

“crise ecológica” deve entender-se o comprometimento dos mecanismos e ciclos naturais que possibilitam a produção e reprodução da vida (inclusive a vida humana) na Terra; não só ao seu aspecto mais imediatamente visível e espetacular, as mudanças climáticas, com sua seqüela de catástrofes no período mais recente. Refere-se, portanto, não apenas ao campo coberto pela geologia ou a geografia (as “ciências da Terra”), mas também ao coberto pelo conjunto das disciplinas que se referem ao homem enquanto ser natural e social.

Em virtude disso, pode-se afirmar que a temática em torno da EA tem sido apropriada por uma infinidade de profissionais que, atentos à conjuntura sociopolítica e econômica consideram imperativo a necessidade de reorientação do atual sistema ou modo de produção capitalista, sobretudo, nas estâncias dos países em processo de desenvolvimento. A urgência dessa transformação tem implicado na adoção de instrumentos metodológicos tidos como incompatíveis com o tipo de educação tradicional praticado pela maioria dos educadores, algo considerado por muitos estudiosos como de motivação verdadeira, porém impregnada de ingenuidade.

Carvalho (2001), no trabalho intitulado *Qual educação ambiental? Elementos para um debate sobre educação ambiental e extensão rural*, aborda justamente esse processo. Para a autora, não basta implementar a EA, torna-se necessária a apreciação de qual tipo de EA precisa ser executada. Um tipo voltado para a complementação da educação tradicional que vem sendo ministrada há diversos anos, ou pelo contrário, um tipo de EA Crítica em todos os seus matizes, desde a inquietação socioambiental mais ampla até os métodos e técnicas utilizados na ministração de disciplinas no intuito de reorientar as novas gerações?

Em outras palavras:

Uma vez identificada a entrada da EA como parte dos processos de transição ambiental e suas inúmeras interfaces com diferentes campos de ação da extensão rural, cabe abrir um debate das modalidades desta prática educativa, suas orientações pedagógicas e suas consequências como mediação apropriada para o projeto de mudança social e ambiental no qual esta vem sendo acionada. Em primeiro lugar, caberia perguntar: Existe uma EA ou várias? Será que todos os que estão fazendo EA comungam de princípios pedagógicos e de um ideário ambiental comuns? (CARVALHO, 2001, p. 44).

## 1.1. CONCEPÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O processo de afirmação da “crise ecológica” universalizou o debate em torno das possibilidades de seu enfrentamento, ocasionando uma redefinição de diversos segmentos científicos e não científicos, erigindo a transversalidade como capaz de satisfazer as necessidades do momento atual. A educação, entre tantas, segmentou-se à moda cartesiana originando a EA, voltando-se, todavia, contra a própria segmentação que a originou através da transversalidade.

Muito embora passível de críticas a referida segmentação ocorrida abrigou duas diferentes correntes em seu seio: uma de *cunho tradicional*, a qual incorporou métodos e técnicas diversas, não rompendo, todavia, com o tradicionalismo característico na transmissão do conhecimento; outra de *cunho crítico*, que tem procurado redefinir suas metodologias visando não apenas um processo de conscientização das sociedades para um melhor enfrentamento ao processo de “crise ecológica”, mas visando a um objetivo de transformação substancial da realidade.

### **1.1.1. A Educação Ambiental Tradicional ou Comportamental**

Carvalho (2001) apresenta a corrente da EA Tradicional a partir de duas importantes ideias. A primeira é que diante do processo de “crise ecológica” surge a necessidade de um possível enfrentamento, tal como conscientizar os diversos estratos sociais acerca dos problemas ambientais, sendo a esfera da educação, portanto, a indutora do processo de mudança de comportamento, da mentalidade predatória, indo ao encontro de um tipo de conduta que harmoniza desenvolvimento humano com preservação ambiental.

A segunda ideia é o foco exclusivista propiciado às crianças por esta corrente. Há necessidade de que todas as faixas etárias sejam alcançadas nesse processo educacional de conscientização, onde as crianças permitem uma internalização de conteúdo mais exitosa se comparada com os adultos. Ambas as ideias trazem consigo a alusão ao grande objetivo desta corrente da EA, isto é, a resolução dos desafios através da transformação do comportamento individual diante do meio ambiente. Subjacente a essa compreensão temos a afirmação de que o processo de crise ambiental é fruto do mau comportamento dos indivíduos, passando longe o debate em torno das contradições inerentes ao modo de produção capitalista e a sua lógica de deterioração tanto dos recursos naturais, como do trabalho humano e sua relação com a natureza.

Diante desse processo de execução visando à transformação da realidade, calcada na transformação do comportamento, afirma Carvalho (2001, p, 47) que

A psicologia comportamental é, sobretudo, uma psicologia da consciência. Isto significa, por exemplo, considerar o comportamento uma totalidade capaz de expressar a vontade dos indivíduos e produzir transformações nas motivações das ações destes através de um processo racional, que se passa no plano do esclarecimento, do acesso à informações coerentes e da tomada de consciência. Isto quer dizer, em última instância, que esta matriz teórica supõe indivíduos cuja totalidade da ação encontra suas causas na esfera da razão, e é nesta esfera também que se pretende situar as relações de aprendizagem e formação dos valores.

Enfim, a perspectiva de EA denominada Tradicional também pode ser considerada como Conservadora em virtude do fato de que

seus educadores não têm ou não vivenciaram em sua formação um instrumental teórico-prático que habilite a cada um ser um agente de transformação da sociedade, por centrar esforços na transformação comportamental do indivíduo, visto de forma atomizada na sociedade. Essa perspectiva deixa o educador preso a uma “armadilha paradigmática” que o incapacita de ter práticas diferenciadas e o torna reproduzidor do “paradigma da disjunção” (GUERRA & GUIMARÃES, 2007, p. 53).

### **1.1.2. A Educação Ambiental Crítica ou Popular**

Segundo Carvalho (2001), a EA Crítica está vinculada à compreensão de que o processo educativo se constitui também como um ato político, formando a cidadania através da prática social. Essa concepção assevera que a educação tem como vocação a formação de sujeitos políticos, capazes de transformar a própria realidade, muito embora sob condições

que, muitas vezes, extrapolam o campo de ação individual, mas que podem ser superadas através da instrumentalização da capacidade crítica estimulada pela concepção da EA Crítica.

Assim, o foco de uma EA Popular não são exclusivamente os comportamentos. Embora em certa educação popular também exista uma herança racionalista, que se expressa principalmente no conceito de *conscientização*. [...], ocorre que nem toda EA Popular se atém estritamente à noção de conscientização, mesmo porque uma crítica deste conceito tem sido feita pela própria Educação Popular nos últimos anos. Assim, esta EA pode utilizar-se também dos conceitos mais complexos, como por exemplo, o de Ação Política (CARVALHO, 2001, p. 46).

Pode-se afirmar que a ingenuidade exposta na concepção de EA Tradicional, que pontua que a transformação do comportamento individual é suficiente para a resolução da “crise ambiental”, não se apresenta na concepção de EA Popular ou Crítica. O campo de ação da referida vertente está muito além, na medida em que se orienta para uma transformação da sociedade, corroborada por ações políticas pontuais no interior dos agrupamentos humanos.

A concepção de EA Popular ou Crítica, através de sua compreensão histórica dos processos em que está inserido o conjunto de relações humanas possíveis e que são perpassadas pela esfera política, consegue vislumbrar de modo bem mais nítido a falácia em torno da culpabilidade do mero indivíduo em relação à “crise ecológica ou ambiental” que ora é vivenciada. Não se trata de problemática meramente individual, é sistêmica, fundamentada nas contradições do modo de produção capitalista que têm reificado todas as coisas, valorando até mesmo aquilo que anteriormente não se tinha como mensurar. Como exemplo, temos a normatização regulada da poluição dirigida na atmosfera pelas nações, onde se é comercializado no mercado cotas de emissão de carbono; tudo passa a ter o seu preço na sociedade de cunho capitalista.

Do exposto evidencia-se que a EA Popular ou Crítica se apresenta como “comprometida com um ideário emancipatório e, ao enfatizar a dimensão ambiental, amplia a esfera pública, incluindo nesta o debate sobre o acesso e as decisões relativas aos recursos ambientais” (CARVALHO, 2001, p. 49). Neste sentido, ganha importância a função desempenhada pelo educador ambiental, além do conjunto de profissionais que através da transversalidade inserem a temática da EA Crítica no arcabouço teórico e técnico de suas contribuições. Em outros dizeres, “essa Educação Ambiental Crítica que queremos só acontece com participação política de seus sujeitos na disputa contra-hegemônica, de quem pretende um mundo mais justo socioambientalmente” (GUERRA & GUIMARÃES, 2007, p. 169).

Nesse sentido, podemos afirmar que a disputa pela hegemonia no seio da temática atinente à EA se equaciona a duas importantes tendências: a de cunho Tradicional ou Comportamentalista e a de cunho Popular ou Crítico. Nas palavras de Loureiro (2006, p. 133-134), temos uma classificação em dois blocos:

Um denominado conservador ou comportamentalista, cujas características centrais são:

- Compreensão naturalista e conservacionista da crise ambiental;
- Educação entendida em sua dimensão individual, baseada em vivências práticas;
- Despolitização do fazer educativo ambiental, apoiando-se em pedagogias comportamentalistas ou alternativas de cunho místico;

- Baixa problematização da realidade e pouca ênfase em processos históricos;
- Foco na redução do consumo de bens naturais, descolando esta disfunção do modo de produção que a define e situa;
- Diluição da dimensão social na natural, faltando entendimento dialético de relação sociedade-natureza (sociedade como realização coletiva e objetivada da natureza humana, ou melhor, como realização e exigência para a sobrevivência da espécie humana);
- Responsabilização pela degradação posta em um homem genérico, fora da História, descontextualizado social e politicamente.

E outro chamado de transformador, crítico ou emancipatório, cujas características mais comuns são:

- Busca da realização de autonomia e liberdades humanas em sociedade, redefinindo o modo como nos relacionamos com a nossa espécie, com as demais espécies e com o planeta;
- Politização e publicização da problemática ambiental em sua complexidade;
- Convicção de que a participação social e o exercício da cidadania são práticas indissociáveis da EA;
- Preocupação concreta em estimular o debate e o diálogo entre ciências e cultura popular, redefinindo objetos de estudos e saberes;
- Indissociação no entendimento de processos como: produção e consumo; ética, tecnologia e contexto sócio-histórico; interesses privados e interesses públicos;
- Busca de ruptura e transformação dos valores e das práticas sociais contrários ao bem estar públicos, à equidade e à solidariedade.

Dessa Forma, pensar tais concepções pedagógicas sob esses blocos dinâmicos, nos faz refletir sobre a compreensão do mundo e da sociedade sobre a centralização das ideias ambientais em torno de uma perspectiva ambientalista integralizada no meio ao qual estamos inseridos, interagindo com todos os agentes.

## **1.2. Educação Ambiental no Brasil**

O histórico da EA é extremamente importante, não havendo sustentação teórico-metodológica situá-la no âmbito nacional sem o procedimento anterior da perspectiva externa que a tornou possível.

Para Santos (2002, p.42), a EA surgiu como proposta primeiramente através da UNESCO, a qual

visa construir uma nova sociedade orientada uma nova sociedade orientada por uma ética baseada na solidariedade planetária e na sustentabilidade socioambiental. Deve ser um meio para fazer da educação uma verdadeira fonte de motivação para a transformação social, o que implica uma revisão de valores, de atitudes, e da concepção de conhecimento e da educação. A EA deve exceder o estudo a ecologia, para ser um instrumento de construção da cidadania, incorporar a luta pelos direitos da vida e de compreensão do

mundo a qual enfatize os valores éticos, estéticos, democráticos e humanistas, inclusive o respeito às diversidades natural e cultural.

Para Grun (*apud* SANTOS, 2002), os críticos da EA no Brasil a consideram como um discurso normativo vinculado à cultura branca, a qual procura se impor a outras práticas culturais, também denominada de discurso comportamentalista, algo que pode ser considerado como muito próximo da realidade em virtude da concepção de EA Conservadora, ainda ser predominante no Brasil.

Segundo Santos (2002), a temática em torno da EA tornou-se assunto oficial na agenda das organizações internacionais através da recomendação nº 96 da Declaração de Estocolmo, de 1972. Após esse marco seguiu-se as conferências da UNESCO, em 1975, na antiga Iugoslávia, bem como a Conferência Intergovernamental de Tibilisi, Geórgia, antiga União Soviética. O autor afirma que “a orientação da Conferência de Tibilisi desenvolveu-se no sentido de se considerarem os aspectos sociais, econômicos, culturais, políticos, éticos e outros, quando fossem tratadas as questões ambientais” (SANTOS, 2002, p. 274).

No artigo *Breve Histórico da Educação Ambiental*, Medina (2008) informa que a EA apresenta alguns antecedentes que remontam às décadas de 1950 e 1960, muito embora seja apenas durante os anos de 1970 que eclode um conjunto de manifestações que debateriam a temática das questões ambientais. Os antecedentes característicos das décadas de 1950 e 1960 se tratavam de acidentes e alterações socioambientais graves que mais a frente desencadeariam o processo de constituição da EA.

A década de 1980, por sua vez, é caracterizada por uma grave crise econômica e ambiental, momento em que

se concebe a realidade econômica em termos sistêmicos e estruturais, mostrando a entropia do processo econômico, com a aplicação das leis da termodinâmica na economia [...] No Brasil passou a ser definida a Política Nacional de Meio Ambiente, através da Lei nº 6.983/81, a qual enquadrava a EA como um dos diversos princípios que garantiria a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar no país condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana (MEDINA, 2008, p. 03).

Nesse momento, a EA é inserida em todas as graduações de ensino, bem como em programas direcionados ao desenvolvimento de comunidades.

Ainda no interior do debate acerca da EA no Brasil e no mundo, Loureiro (2004) discorre que a vertente da EA identificada com a transformação social, começou a se configurar a partir dos anos de 1980, em virtude de uma maior aproximação entre importantes sujeitos históricos como educadores, movimentos sociais e movimentos ambientalistas, focados na transformação da sociedade, efetivado através do questionamento racial dos parâmetros industriais e de consumo consolidados no modo de produção capitalista.

Muito embora essa configuração tenha ocorrido nos idos de 1980, temos que

o que marcou a EA como convencional no Brasil foi sua entrada institucional pelas secretarias e órgãos governamentais ambientais, em meados da década de 1970, e apropriação feita pelas poucas, mas expressivas politicamente, organizações conservacionistas. Isto configurou um perfil organicista e funcionalista no trato das questões educacionais, em



função da formação técnica dos profissionais e das missões institucionais, com reduzida reflexão sobre a educação e implicações sociais dos processos pedagógicos instaurados (LOUREIRO, 2003, p. 75).

Contrapondo-se à exposição temporal de Loureiro (2003) e de Medina (2008), Lima (2004) afirma que a EA ganhou notoriedade no campo internacional apenas na década de 1980 e, em 1990, no âmbito nacional. Nessa época, a EA conquistou reconhecimento público, expandindo para uma multiplicidade de reflexões e de ações promovidas por uma diversidade de organismo internacionais, ONGs, movimentos sociais, universidade e escolas. Lima (2004, p. 86) coloca que essa profusão de desdobramentos “configurava um campo plural onde uma diversidade de sujeitos sociais disputava a hegemonia do campo pela interpretação ‘verdadeira’ do problema em foco e pelas respostas ao seu encaminhamento”.

Durante o período da década de 1990, o contexto geral apresentava o aprofundamento do distanciamento entre países desenvolvidos e em via de desenvolvimento, implicando em um quadro de redefinição de suas políticas econômicas, conforme orientações de agências multilaterais. Tal conjuntura influenciava a constituição das políticas setoriais, limitando suas ações, inclusive a preparação para a Conferência Rio-92. Atinente à temática da EA a conferência Rio-92, Medina (2008, p. 4) menciona dois importantes documentos:

O primeiro faz menção a um tratado de EA para sociedades sustentáveis, formalizando um compromisso da sociedade civil em desenvolver a construção de um modelo de vida mais humanizado baseando-se nos princípios de ética biocêntrica e o amor, bases desse documento. Já o segundo é uma carta brasileira de EA, que estabelece recomendações acerca de capacitações de Recursos Humanos, elaborados pela coordenação de EA no Brasil.

No Brasil, ainda no período da década de 1990, a partir da ação conjunta do Ministério da Educação, do Ministério do Meio ambiente e do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) são traçadas algumas ações para a consolidação da EA no Brasil. Por parte do Ministério da Educação foi aprovado o documento sobre os novos Parâmetros Curriculares, o qual incluiu a EA como tema transversal a todas as disciplinas. Por sua vez, o Ministério do Meio Ambiente instituiu a Coordenação de Educação Ambiental para subsidiar as diversas ações de sua implementação. No âmbito de ação do IBAMA, inicia-se o processo de capacitação dos Núcleos de Educação Ambiental (NEAs) nas unidades da federação, possibilitando a integração de programas no âmbito da Gestão Pública. (MEDINA, 2008).

### **1.2.1. A Educação Ambiental na educação escolar brasileira e a construção de redes estratégicas**

No artigo intitulado *Educação Ambiental no Contexto Escolar: Questões levantadas pelo GDP*, Guerra e Guimarães (2007) partem de uma premissa apresentada pela gestão pública educacional brasileira através de dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), para o qual “95% das escolas brasileiras reconhecem como

‘Educação Ambiental’ alguma das ações que elas realizam” (GUERRA e GUIMARÃES, 2007, p. 157).

A veracidade destes dados expressa um importante status para a difusão da EA brasileira, todavia, pela análise do Grupo de Discussão e Pesquisa (GDP) muitos questionamentos se apresentam, o que descaracteriza o quadro apresentado, sobretudo, no tocante à metodologia utilizada.

O dado é interessante. Evidencia-se na sociedade a capacidade da EA de responder aos processos de crises característicos da contemporaneidade, mesmo que a perspectiva executada não atue de forma incisiva na resolução das contradições sistêmicas existentes. No caso brasileiro, Guerra e Guimarães (2007, p. 157) afirmam que “a aceitação da EA como consensual é algo que ainda não incomoda por predominar na mesma uma visão conservadora”. Esse fato explica o alto índice da presença de métodos e técnicas da EA sendo desenvolvida em grande parte das escolas brasileiras, todavia, praticamente todas desengajadas do processo de resistência ao sistema atual de forma sistêmica.

Do exposto nota-se que estamos diante de um aparente processo contraditório em curso na educação escolar brasileira, todavia, quando se vislumbra a concepção presente na prática das referidas escolas a aparente contradição se desfaz. Alguns estudiosos entendem esse fenômeno como um problema localizado na formação do professor onde “para alguns professores, esse processo de reflexão sobre a práxis exige uma transformação pessoal e uma reflexão sobre a própria imagem e autoimagem profissional” (ARROYO *apud* GUERRA & GUIMARÃES, 2007, p. 159).

Mais ainda, temos que

A problemática da formação nos remete à participação ativa das universidades nesse processo, por ser um potencial lugar de formação por onde passam esses educadores. No entanto, argumentou-se que as Universidades foram um dos últimos espaços instituídos da sociedade em que a Educação Ambiental se inseriu. (GUERRA & GUIMARÃES, 2007, p. 159).

Considerando a importância da difusão da EA na esfera da educação escolar brasileira, o diagnóstico acerca da inserção da universidade na formação e demais ações potencializadoras apontam para a seguinte realidade:

as universidades ainda estão distantes da realidade escolar e com isso as dificuldades não estão refletindo no “chão” da escola, o que nos coloca os seguinte desafio: A difusão da EA no ensino superior vem contribuindo com o desenvolvimento de práticas diferenciadas nas escolas: Como fazer a ponte entre a discussão acadêmica e a escola? Quais as formas de aproximação? Quais as concepções dos docentes no Ensino Superior sobre EA? (GUERRA & GUIMARÃES, 2007, p. 162).

Diante deste cenário, os autores propõem um plano de trabalho com sugestões como: implantação de programas de formação em EA para docentes das universidades, aproximação entre universidades, ONGs e escolas para o fortalecimento do movimento ambiental, pesquisas relacionadas a questões que envolvem a articulação entre universidade e escola, a

criação de mecanismos de acessibilidade de pesquisas à realidade escolar, entre outros. (GUERRA & GUIMARÃES, 2007).

A apreciação da inserção tardia das universidades no circuito de propagação dos princípios, valores, métodos e técnicas específicas da EA tem tornado a sua importância consensual. Tristão (*apud* GUERRA & GUIMARÃES, 2007, p. 159) “considera-a corresponsável pelas políticas de formação, compreendendo, de modo distinto e, ao mesmo tempo, articulado à educação, a formação e uma atuação profissional”.

A consolidação desse processo de inserção multi-institucional da EA tem propiciado a construção de novas estratégias para o enriquecimento do amplo movimento socioambiental deflagrado a partir da “crise ecológica”. Entre essas estratégias surgem as denominadas redes de EA, com amplo potencial para a difusão de alternativas para o isolamento a que tem sido postos os educadores ambientais, implicando no fortalecimento do movimento coletivo comprometido com a práxis da EA Crítica.

A constituição de redes estratégicas de EA visando o embate contra-hegemônico surge como resposta ao seguinte questionamento: “como fazer para que este movimento, que se realiza ainda de forma isolada e minoritária dentro do cotidiano das escolas, possa ter potencialidade para resultar em mudanças significativas das realidades em que inserem?” (GUIMARÃES et al, 2009, p. 51). Ao que os mesmos autores discorrem afirmando acreditar na práxis de um fazer pedagógico distinto, onde educadores estabelecem no cotidiano um movimento de resistência, contrapondo-se ao conservador imposto e dominante. É preciso, portanto, articular a práxis da educação escolar com os princípios e valores colocados pela EA Crítica, que seja envolvente e articulada com os interesses da comunidade.

Essa referida práxis pedagógica é erigida visando a superação da sensação de impotência na transformação da realidade a que estão imersos uma infinidade de professores de esferas diversas, através da proposição da construção de redes de educadores ambientais, ou ainda “a importância da criação de movimentos coletivos conjuntos” (GUIMARÃES et al, 2009, p. 52)

Os autores fundamentam essa proposição a partir do relato da experiência de um grupo de franceses com destaque para Célestin Freinet, durante o período do pós-guerra.

Segundo Freinet, em seu relato de experiência vivida após perder um pulmão, em decorrência da 1ª guerra mundial, ao lecionar em uma escola de primário em um pequeno vilarejo na França, surgiu a necessidade de se libertar das paredes da sala de aula como uma forma de melhor desenvolver suas atividades pedagógicas, uma vez que existia uma limitação física para o desenvolvimento de seu magistério. Tal situação leva Freinet a sair com seus alunos, para o que ficou conhecido como “aulas-passeios”, pesquisando a aldeia, seus habitantes e todos os elementos do meio ao qual esses alunos estavam inseridos. Abordando os mais diversos temas em trabalhos coletivos, sendo possível desenvolver uma leitura crítica da realidade. Sem saber, intuitivamente, Freinet instituiu uma práxis educativa contrária ao cenário social e econômico existente na Europa pós Primeira Guerra Mundial, estruturada em duas fontes principais: o anarco-sindicalismo e o materialismo histórico (GUIMARÃES *et al.*, 2009, p.53).

Embora extensa a experiência de Freinet é extremamente válida em virtude do apelo que faz à interação entre diversos sujeitos no desenvolvimento do processo educativo, além de permitir a visualização de dois importantes aspectos, considerados ausentes no processo de consolidação das redes de EA no Brasil: primeiro, a capacidade de articulação política, isto é, a capacidade de implementação de ações políticas pontuadas na resistência sistêmica, através da instrumentalização do potencial teórico metodológico da EA de cunho crítico; Segundo, porque se trata de contribuição da própria história da educação humana, considerando a larga experiência já desenvolvida pela humanidade nos seus processos de luta e conquistas.

Para Guimarães et al (2009), a recuperação da possibilidade da ação política conciliada com a contribuição incomensurável da história pode ser relacionada com o desenvolvimento das tecnologias de informação atuais. Essa relação considera a constituição de ambientes artificiais, dinamizados pela apropriação, difusão e produção da informação em profunda e larga escala. Tais instrumentos podem ser utilizados pelos sujeitos históricos envolvidos no processo de resistência sistêmica através da EA Crítica, na medida em que permite o fortalecimento das estruturas organizativas em rede, bem como subsídios para incremento de movimentos sociais, agenciando educadores de diversas localidades.

Em síntese, e para que não se erija dúvidas acerca da constituição das redes de EA, temos que

Diante da multiplicidade de conceituações acerca das redes, é importante situar que as de que falamos questionam frontalmente as relações de poder interpessoais e interinstitucionais que, hegemonicamente, estrutura a sociedade contemporânea. [...] Entendendo que a rede, como estrutura/ambiente auto-organizativa, fundamenta-se em práticas e princípios democráticos de relação e comunicação de atores e informações, que privilegiam a multiliderança, constituída de elementos autônomos, interligados de maneira horizontal e que cooperam entre si, tanto virtual como presencialmente. [...] A formação de redes, como estratégia de uma intencionalidade crítica em sua dimensão educativa, pode se constituir e ser constituída na e pela ampliação do espaço público e se colocar na perspectiva do embate hegemônico, capaz de gerar, em sua síntese, a constituição de uma nova realidade socioambiental – a construção de um mundo melhor –, objetivo que leva os educadores a inserir espontaneamente a Educação Ambiental de forma tão significativa na realidade escolar brasileira, neste início de um novo milênio (GUIMARÃES *et al.*, 2009, p. 61).

Diante do exposto, e no interior da proposta apresentada para este trabalho, o qual reconhece que, historicamente, o nível de educação envolto no meio ambiental-rural é quase sempre deficitário com altos índices de evasão ou grande nível de reprovação, torna-se imprescindível a contextualização teórico-metodológica acerca da EA.

Como um dos alvos da pesquisa os professores possuem a necessidade de um olhar mais atencioso na inserção de metodologias satisfatórias para que ocorra um melhor rendimento em seus processos de aprendizagem. Pesquisar sobre as práticas ambientais e rurais na Reserva Extrativista Chico Mendes é de vital importância para que se possa entender a formação que está sendo desenvolvida na comunidade em relação ao meio ambiente e sua aplicabilidade no meio rural. A centralidade desse debate nos remete ao entendimento acerca dessas práticas, saber se as mesmas são de cunho conservador ou se vislumbram uma EA Crítica, mesmo que incipientes.

## 2 CAPÍTULO II – A CRIAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA PÚBLICA

Este capítulo tem o objetivo de apresentar um breve histórico que propiciou a criação da RESEX. Como informei anteriormente, a abordagem desse processo histórico é importante por se constituir em uma das primeiras ações da política governamental brasileira voltada para os sujeitos dessa região da Amazônia, muito por conta das contradições que haviam surgido que se opunham dos seringueiros às populações tradicionais *versus* seringalistas e pecuaristas.

A exposição desse processo histórico permitirá o entendimento do pano de fundo em que acabam sendo constituídas as instituições escolares na região do município de Xapuri/Acre, município onde se encontra a RESEX Chico Mendes, cuja história está umbilicalmente ligada a esses processos em torno da constituição da reserva enquanto instrumento de política pública, e que deveria ser contemplada nos projetos pedagógicos escolares, e mais especificamente, nos de EA Crítica.

### 2.1. Breve Histórico da Resex Chico Mendes

No trabalho intitulado *A Construção Social de Políticas Públicas: Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros*, Allegretti (2008) defende a tese de que a existência e a consequente atuação de comunidades rurais e grupos indígenas têm contribuído para a iniciativa de proteção dos recursos naturais estratégicos espalhados pelo globo. Mais ainda, é feita referência ao movimento de institucionalização que procuram traduzir as práticas destes sujeitos em regras sociais práticas, através da concepção de políticas públicas apropriadas a este fim.

No Brasil, temos dois importantes grupos que têm direitos sociais assegurados pela constituição de 1988: os indígenas e os quilombolas; fato esse que obriga os demais sujeitos existentes que mantêm formas de reprodução socioespacial específicas a se posicionarem no interior de uma feroz disputa para o reconhecimento dos seus direitos.

Neste cenário temos que

as demais comunidades rurais, especialmente as que vivem em florestas e na condição de posseiros, tiveram que conquistar o direito de obter o reconhecimento dos direitos de posse em modalidades apropriadas às características econômicas, ambientais e culturais que apresentam. Para isso, definiram e construíram socialmente os instrumentos jurídicos e as políticas públicas necessárias para tornar estas conquistas universais. O exemplo mais relevante é o dos seringueiros, que formularam uma política específica de reforma agrária e proteção ambiental, as Reservas Extrativistas, depois de mais de dez anos de confrontos em torno da terra e dos recursos naturais (ALLEGRETTI, 2008, p. 40).

Esse processo de conquista dos direitos das comunidades rurais, sobretudo na Amazônia Ocidental, não foi possível sem contradições e seus desdobramentos. A historiografia nem sempre consegue fazer justiça a esses processos, deixando de expressar a

real gravidade que culminou na morte de muitos sujeitos identificados com as comunidades rurais, como os seringueiros, por exemplo.

Anterior a esse processo deve-se lembrar de que essas comunidades rurais foram originadas por processos de contradições presentes em outras regiões do país, momento em que a Amazônia foi inserida como uma espécie de válvula de escape para a gestão das mesmas.

a partir da década de 1970, temos a intensificação no processo de deterioração da biodiversidade amazônica para sua inserção no desenvolvimento nacional. Ações “planejadas” em virtude de diversos fatores como os conflitos fundiários no nordeste e a extração dos últimos recursos naturais no sudeste do país. A região amazônica “planejada” como válvula de escape para os conflitos intrarregionais no sul do país (MAIA, 2010, p. 25).

Para Maia (2010), as razões dos conflitos eram diversas. Desde a efervescência da luta de classes diante de um regime avesso à democracia – ditadura militar – que se esforçava em inserir o país no rol dos países desenvolvidos enveredando pela via do planejamento dependente, bem como as influências de ordem externa que se materializavam nos empréstimos obtidos junto às agências multilaterais (FMI, Banco Mundial e, BID), impossibilitando a construção de um projeto de desenvolvimento nacional e autêntico.

Esse processo contraditório expressa ainda que na Amazônia,

os mais distintos planos e projetos de desenvolvimento podem ser apreendidos como tentativas de integrá-la à economia nacional, isto, a partir de ações que buscavam homogeneizar o sistema de produção a partir de formas produtivas esgotadas no sul do Brasil. As possibilidades políticas e materiais para a inserção econômica da Amazônia tornaram comum o *padrão planejado de desenvolvimento* (MAIA, 2010, p. 25).

A historiografia afirma que em virtude de grave seca que atingiu o Nordeste e a geadas que atingiu a região Sul do Brasil, isso nas primeiras décadas do século XX, aventureiros destas regiões foram engodados pelas propagandas de *marketing* do governo brasileiro a engrossarem as fileiras em direção à região Norte do país. Em busca de riqueza fácil em uma terra de oportunidades, terra por ser explorada que não tinha a geadas do Sul nem a seca do Nordeste, nordestinos e sulistas aportaram no Estado do Acre e constituíram as classes que mudariam a história desta região do Brasil. Nordestinos originaram o grupo social dos seringueiros enquanto os sulistas também denominados de “paulistas” originaram o grupo social de pecuaristas.

Trata-se do início de uma história de luta que serve para retratar a peculiaridade com que os seringueiros, ribeirinhos, pescadores, extrativistas e castanheiros, enfim, os povos nativos da floresta, provenientes de uma região devastada pela seca, lutaram e lutam até hoje pela posse da terra, procurando implementar novas relações com o ambiente natural, materializadas nas proposições das reservas extrativistas como novos instrumentos de políticas públicas.

Vale lembrar que o governo brasileiro – responsável pela criação das reservas extrativistas na Amazônia – tratou as comunidades rurais como uma classe social pobre e marginalizada, invisível para a sociedade detentora do poder. Algo que se conforma à realidade, tendo em vista que

movimentos sociais de base rural, por não terem representação política organizada e nem fazerem parte dos setores dinâmicos da economia, raramente conquistam resultados relevantes para sua própria categoria e, muito menos, para a sociedade em geral (ALLEGRETTI, 2008, p. 40).

Neste sentido, surgem a partir de 1950 os primeiros sindicatos dos trabalhadores rurais incentivando a luta pela Reforma Agrária, os quais obtiveram o importante apoio da Igreja Católica. Esse movimento pode ser considerado como derivado da resistência ao novo empreendimento governamental de desenvolver homogeneamente a região amazônica, cujo lema oficial era “integrar para não internacionalizar”. As críticas da época parafraseavam o lema oficial, justamente pela abertura senão pelas fronteiras físicas oficiais, mas pelas fronteiras econômicas, admitindo a contração de diversos empréstimos para financiar o desenvolvimento nacional oriundo das agências multilaterais. A parafrase do lema oficial dizia: “integrar para entregar” (MAIA, 2008).

Nessa época, o governo militar no Brasil se receava da ocupação da Amazônia por outros países do mundo, mobilizando-se para incentivar a sua ocupação por agropecuaristas, sem se importar com os nativos que habitavam a região. Esse processo histórico culminou em conflitos em virtude das formas diferenciadas de reprodução social das incipientes classes econômicas da Amazônia. Tratava-se de incompatibilidades, de distinções irreconciliáveis no uso da terra e da natureza como um todo, preservação, conservação, desmatamento para fins de produção agropecuária, enfim, se tornaram então temas recorrentes até a presente data<sup>2</sup>.

Em outros dizeres:

Na Amazônia, no mesmo período, os conflitos sociais emergiram sob a égide da intensificação da intervenção do Estado no processo de ocupação de novas terras e em consequência dos elevados índices de concentração fundiária que resultaram da aplicação de um modelo de desenvolvimento formulado pelo governo militar. Caracterizaram-se pelo confronto entre diferentes modalidades de acesso à propriedade da terra, tendo, de um lado, posseiros, e, de outro, grandes empresas que se apossaram destas terras por meios ilícitos, ou que as compraram de antigos proprietários sem respeitar direitos adquiridos dos que ali viviam. Nesse sentido, os movimentos sociais surgidos naquele momento se aproximariam do modelo clássico de conflito de classe entre camponeses e grandes proprietários (ALLEGRETTI, 2008, p. 41).

Contrário a esse processo de integralização desordenada surgiu no estado do Acre, conforme Allegretti (2008, p. 44),

---

<sup>2</sup> É importante ressaltar que nesse período havia uma política de incentivo a empresas estrangeiras de se estabelecerem no Brasil, inclusive com incentivos fiscais, com intuito de levar desenvolvimento para o interior ou responder as deficiências de matrizes energéticas brasileiras. Terras públicas eram doadas a empresas estrangeiras, mesmo que nelas houvessem populações, principalmente de indígenas, quilombolas, posseiros, entre outros. Surgem aí vários movimentos sociais, como o Movimento Barraguinha, entre outros.

Uma formação de base camponesa de seringueiros autônomos, que não mais pagavam renda nem vendia seus produtos ao barracão, protagonizando as mudanças ocorridas na década de 1970.

Esse cenário veio a favorecer a criação de uma modalidade original de Reforma Agrária e proteção das reservas naturais, isso após anos de lutas entre os seringueiros e os seringalistas pela posse da terra, culminando na criação da Reserva Extrativista. Dessa forma,

a resolução de conflitos via políticas públicas ocorre quando um segmento social utiliza o poder econômico ou político que deriva de sua inserção na estrutura econômica, ou de poder, na forma de pressão organizada, visando conquistar suas reivindicações (ALLEGRETTI, 2008, p. 40).

Wilson Pinheiro, então Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Brasília, próximo ao município de Xapuri, foi o primeiro a enfrentar os grandes proprietários de terras através dos chamados “empates”, organizando os seringueiros para fazer o impedimento das derrubadas e conseqüentemente uma negociação com os mesmos, para que houvesse uma divisão de terra com os seringueiros oriundos delas. O “empate” consistia em uma atitude coletiva dos seringueiros e familiares que se dispunham em torno das árvores impedindo a sua derrubada e, conseqüentemente, dificultavam o processo de desmatamento em prol de outras formas de reprodução social que prezavam pela derrubada da floresta.

Esses “empates” tornaram-se constantes e culminaram no assassinato de Wilson Pinheiro em julho de 1980. Nesse clima de antagonismo, surge uma figura de destaque e de liderança entre os seringueiros, Chico Mendes, nascido e criado na região de Xapuri.

Chico Mendes chegou a ser o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Xapuri, autor de um projeto denominado de Projeto Seringueiro, que quebrou a ausência de políticas sociais nessa região em 1981. Esse projeto de educação consistia na alfabetização de adultos e de organizações de uma cooperativa de seringueiros envolvidos nos empates, tornando-se a primeira iniciativa de um sindicato rural realizada em parceria com agentes externos nessa parte da Amazônia Ocidental.

O surgimento da definição de Reserva Extrativista se dá a partir do I Encontro dos Seringueiros em 1985, em Brasília, onde começou a se discutir um modelo de Reforma Agrária para os povos da floresta, assim como a implementação de políticas públicas para a educação, saúde, cultura e infraestrutura dessa região.

Conforme Allegretti (2008, p. 48),

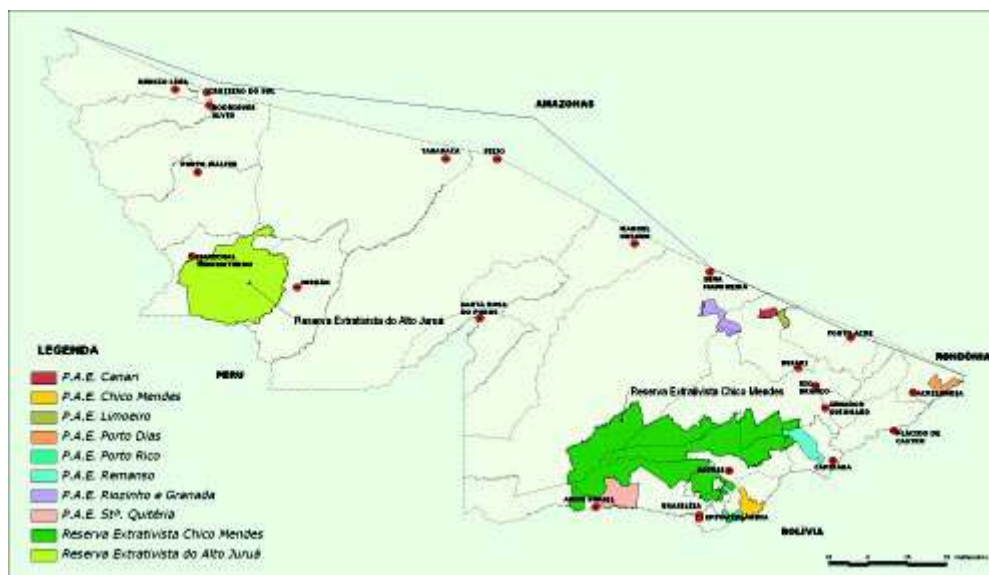
As Reservas Extrativistas surgiram como conceito em 1985, durante o I Encontro Nacional dos Seringueiros, tendo como modelo de terras indígenas como referência, são áreas públicas, de propriedade da união, não divididas em parcelas individuais, asseguradas para comunidades com tradições no uso dos recursos naturais, mediante regras de uso definidos pelo poder público.

Diante do incômodo que era a figura do sindicalista-seringueiro, Chico Mendes, para a classe agropecuária da região, o fazendeiro Darly Alves juntamente com seu filho Darcy Alves assassinam Chico Mendes em 20 de dezembro de 1988. Com isso, buscava-se silenciar



definitivamente a luta das populações tradicionais, em prol de um modelo de desenvolvimento baseado na pecuária extensiva de corte que preteria da floresta, dispensando como uma externalidade econômica a ser vencida.

Esse fato, na medida em que ganhou destaque internacional, pode ser considerado como um elemento decisivo para a conquista da institucionalização por decreto presidencial em 30 de janeiro de 1990, da formalização das Reservas Extrativistas como instrumento de política pública, sendo criado em março de 1990 a Reserva Extrativista Chico Mendes nas áreas conflitantes.



**Figura 2.** Reservas Extrativistas e PAES – Projetos de Assentamentos Agroextrativistas existentes no Estado do Acre (Fonte: ZEE/AC, 1999).

A criação das Reservas Extrativistas representou um importantíssimo fator de desenvolvimento social e de proteção do meio ambiente de forma racional e sustentável, uma vez que esses dois fatores surgiram através de propostas oriundas de um movimento social. Importante também lembrar que esse movimento social não lutava apenas pela posse da terra e sim pelo uso dos recursos nelas disponíveis, não havendo indícios históricos anteriores de que uma luta pela Reforma Agrária tenha levado em consideração os aspectos ambientais, seja em termos de escolhas de áreas, sistema de produção ou impactos sobre elementos da natureza como solo, água e floresta (ALLEGRETTI, 2008).

Por fim, em síntese, temos que a criação da Reserva Extrativista Chico Mendes, pelo decreto nº 99.144, de 12 de março de 1990, com uma área de 976.570 ha, encontra-se no estado do Acre, abrangendo os municípios de Assis Brasil, Brasiléia, Capixaba, Xapuri, Sena Madureira e Rio Branco. Atualmente em sua estrutura educacional possui 28 escolas de educação básica, que atende uma população infantil, ensino fundamental e o ensino médio de forma modular.

## 2.2. A Criação da Escola União: Histórico de Busca pela Aprendizagem

Segundo dados do IBGE (2010), o Ensino Rural está presente no Brasil em pelo menos metade das instituições escolares existentes. Essas escolas rurais, atualmente denominadas de escolas do campo, apresentam um arcabouço físico e humano sem a devida estruturação necessária para o exercício do processo ensino-aprendizagem de modo satisfatório, tornando a escola muitas vezes desinteressante e desestimulante. Todavia, deve ser reconhecido que os problemas atuais enfrentados nas referidas escolas extrapolam a atuação docente, indo desde a estruturação física, até as especificidades das escolas do campo, sobretudo, sua peculiar distância das residências de seus alunos.

Mais ainda, temos que a falta de estrutura física básica e a baixa qualificação do corpo docente, atrelada a grande distância e falta, as vezes, da merenda escolar, colaboram de forma decisiva para que os alunos se evadam do ambiente escolar de forma temporária ou permanente uma vez que gerações são nascidas e criadas nesse ambiente pouco propício para a difusão de um ensino de qualidade, onde as possibilidades de sobrevivência são poucas: ou se trabalha ou se estuda.

A Escola União, localizada no interior da Reserva Extrativista Chico Mendes – RESEX Chico Mendes – foi fundada oficialmente em 14 de Outubro de 1983. Neste ano, a liderança do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri estava a cargo do seringueiro Raimundo Mendes de Barros, o “Raimundão”. O Sindicalista se deu conta das necessidades de leitura e escrita, pois na época no seringal Floresta poucas pessoas sabiam ler e escrever e era difícil mobilizar as pessoas, sendo necessário o envio de bilhetes escritos para várias pessoas, a fim de mobilizá-las para atividades políticas e sindicais que faziam parte. Assim surge a ideia de implantação de uma escola na colocação Rio Branco, como ponto de partida para superar as adversidades e melhorar, conseqüentemente, as condições de vida dos extrativistas e coletores nativos dessa região

Pelo fato de saber ler e escrever, Raimundão era considerado “doutor” e foi escolhido para ser o professor da escola. Nesse período, apenas duas pessoas tinham título de eleitor e 95% delas eram analfabetas, ou seja, os nativos da reserva extrativista eram considerados invisíveis, desprovidos de qualquer direito para melhoria da qualidade de vida.

Os primeiros colaboradores começaram a articular a criação de uma escola na reserva para diminuir o alto índice de analfabetismo e conseguir com que o poder público voltasse seus olhos para essa parte do Brasil, outrora tão importante e desta feita esquecida nos confins de uma terra lembrada apenas pela importância histórica lembradas nos escritos dos livros.

A primeira escola foi construída bem na entrada central da sede e o parceiro na época era o Sindicato dos Trabalhadores Rural (STR) do município, onde depois surgiu o Projeto Seringueiro com apoio aos educadores da escola. Com cinco anos depois de 1983, foi construída uma nova estrutura, uma casinha de madeira coberta de cavaco. Dessa forma, com a nova estrutura, as pessoas ficaram mais entusiasmadas para estudar.

No princípio era para alfabetizar os adultos, pois as crianças não estavam no projeto. Como os recursos eram poucos, na verdade nenhum, cada um contribuía como podia. Em 1985, o projeto Seringueiro deu início a capacitação dos professores não só dessa comunidade mais de outras que tiveram a mesma iniciativa.

O sonho idealizado pelos extrativistas estava se materializando, mas faltava ainda um apoio maior do poder público para que pudesse sair do papel. Diante disso, em 23 de Abril de 2005, o sonho tornou-se realidade para os moradores da comunidade, houve a construção e inauguração da nova estrutura da escola, construída através da Secretaria de Educação, bem como na qualificação profissional da escola. O acesso ao local pôde ser feito

de carro, moto, durante todo o ano; o trajeto da saída do município de Xapuri até a escola demora cerca de 30 minutos de carro. São 22 quilômetros de distância, cerca de cinco horas de caminhada.

Para se ter dimensão da importância da escola na comunidade, temos que a mesma está situada na sede do seringal Floresta, colocação Rio Branco. Através de observações realizadas no local, nota-se que a escola disponibiliza de uma boa estrutura para a comunidade tais como a sede da associação, posto de saúde, posto de recolhimento do látex e ainda com laboratório para análise do mesmo. Esse posto de recolhimento de látex serve para abastecer a fábrica de camisinhas, única do mundo, que é confeccionado com látex 100% nativo.

As três últimas décadas nos deram conta de que muitas transformações ocorreram na sociedade em todos os sentidos. A educação realizada no espaço rural, no início da década de 1980, era praticada por voluntários, onde o objetivo era alfabetizar os adultos, com o intuito de administrar melhor algumas entidades que foram criadas na época, ou ainda aqueles que não se tornaram lideranças a não continuarem sendo enganados pelos chamados marreteiros, comerciantes ambulantes, que aos poucos foram substituindo os patrões.

Com a eleição do Governo da Frente Popular, encabeçada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), ocorrida na década de 90, houve maior apoio, voltado para a educação na zona rural. Atualmente, a escola tem uma estrutura de qualidade, regida por uma equipe qualificada. Alguns são formados em nível superior através de projetos realizados pelo governo do Estado, em parceria com a Universidade Federal do Acre (UFAC).

Há um total de 90 alunos matriculados na escola, distribuído nas modalidades fundamental, médio e EJA. Com um total de seis professores, um servidor de serviços gerais e um motorista.

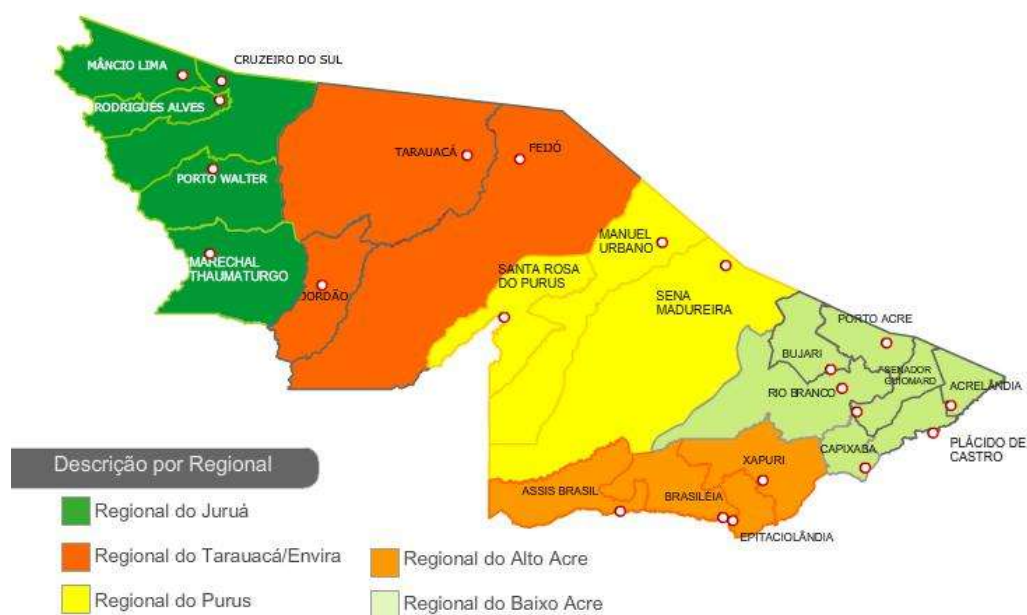
### 3 CAPÍTULO III – EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ESTADO DO ACRE: O CASO DO PROGRAMA ASAS DA FLORESTANIA

Este capítulo tem o objetivo de apresentar um caso particular de implantação de determinado tipo de EA no interior Reserva Extrativista Chico Mendes. A abordagem desse processo histórico é fundamental por se constituir em importante ferramenta de discussão que possibilita entrever o conjunto de contradições que tentam viabilizar um tipo de educação que articule e agregue o fator ambiental natural. Diante disso, objetiva-se apresentar, de forma breve e sucinta, o Programa Governamental Asas da Florestania, da área de educação do executivo estadual do Acre. Além de analisar que tipo de EA se orchestra no interior da floresta acriana, de modo que se tenha a possibilidade de inferência acerca de determinado tipo de EA, se Tradicional ou Crítica.

#### 3.1. Caracterização Geográfica do Estado do Acre

Antes de falarmos acerca do Programa Asas da Florestania torna-se necessário situar o leitor da região da qual estamos abordando. O referido programa está sendo desenvolvido em território brasileiro, na região denominada como região norte, a qual engloba os estados do Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e, por fim, o Estado do Acre, alvo da presente pesquisa. O Estado do Acre está localizado no ponto mais ocidental do território brasileiro, região fronteira entre Brasil, Peru e Bolívia.

A área do Estado do Acre é da ordem de 164.221,36 Km<sup>2</sup>, representando 1,92% do território nacional e 4,26% da região Norte. Sua população é estimada em 655.385 habitantes, perfazendo uma densidade demográfica de 3,99 hab/km<sup>2</sup> (IBGE/ACRE, 2012). Abaixo segue mapa do Acre com a sua respectiva divisão do território por regional.



**Figura 3.** Estado do Acre dividido por Macrorregiões. Imagem extraída da internet.

O Programa Asas da Florestania trata-se de uma oferta de ensino estruturada em módulos, que procura seguir as Diretrizes Curriculares Nacionais, os Referenciais Curriculares Nacionais e os Referenciais Curriculares da Secretaria de Estado de Educação. O referido programa foi implantado em 2005, atendendo, inicialmente, 367 alunos em 26 turmas distribuídas em sete municípios. O Programa foi aprovado pelo Conselho Estadual de Educação de acordo com o Parecer CEE/AC n° 051/2006 e Resolução CEE/AC n° 45/2006. No ano de 2011 passou de dois para quatro, momento em que foi resolvidas algumas distorções na relação idade/série, isso de acordo com o Parecer CEE/AC n° 49/2011 e Resolução CEE/AC n° 220/2011 (ACRE, 2012).

O Programa Asas da Florestania está sendo realizado em toda extensão do território acriano. Todavia, para os propósitos desta pesquisa, nos limitamos à apresentação do município de Xapuri, localizado na Regional do Alto Acre, conforme mapa acima. Segundo documentos oficiais,

em 1904, Xapuri transformou-se em vila e foi oficializada como município no dia 23 de outubro de 1912. Seu nome deriva da tribo indígena dos “*Xapuryys*”. No início do século, passando a município, se destacou na produção de castanha e borracha. Logo foi construída a infraestrutura, com escolas e casas de comércio. Na década de 1980, a cidade também foi palco do movimento de resistência dos seringueiros em defesa dos seringais nativos da região. O principal líder desse movimento, cuja luta culminou na criação das reservas extrativistas, foi o sindicalista xapuriense Chico Mendes. Xapuri é um dos municípios mais visitados do Estado por conta, principalmente, dos monumentos históricos da época da Revolução Acreana e da casa onde residia Chico Mendes. Há também novos empreendimentos criados para desenvolver a economia do município. A fábrica de preservativos masculinos, que utiliza o látex extraído dos seringais da região; a fábrica de pisos de madeira, uma pousada ecológica no Seringal Cachoeira; além da indústria moveleira, pecuária extensiva e agricultura de subsistência. Durante muitos anos Xapuri foi tratada como *Princesinha do Acre* graças à grande riqueza que ostentava nos anos áureos do Ciclo da Borracha. A cidade ocupa o nono lugar em população no Estado e a décima segunda posição em área. O município de Xapuri limita-se ao norte com o município de Rio Branco; ao sul, com o município de Epitaciolândia; a leste, com o município de Capixaba; a oeste, com o município de Sena Madureira e a sudoeste, com o município de Brasília (ACRE, 2011, p. 187).

### **3.2. Programa Asas da Florestania: O Caso da Escola União**

O programa Asas da Florestania consiste em um projeto do governo do Estado do Acre, criado para garantir a continuidade do ensino fundamental e médio para alunos em comunidades rurais de difícil acesso. Para buscar o ensino, os alunos, assim como os docentes na RESEX, deslocam-se, às vezes, por até 4 ou 5 horas mata a dentro, através dos caminhos conhecidos na Amazônia como “varadouros”, expostos aos perigos eminentes da floresta, como ataque de onças, cobras e outros animais não menos perigosos, para chegar às escolas. Pode-se afirmar que o mesmo se constitui em um grande desafio, dada às especificidades dessas etapas de ensino, isto é, a organização do ensino por disciplina e a necessidade de professores com nível superior nas diversas áreas do conhecimento para atuarem nessas regiões longínquas, como se vê nas imagens abaixo.1



**Figura 4.** Zona rural de Xapuri/Acre (Acervo da SEE).



**Figura 5.** Zona rural de Xapuri. (Acerco da SEE).



O referido programa é financiado tanto pelo Banco Mundial como pelo Governo do Estado do Acre, sendo executado pela Secretaria Estadual de Educação, e tendo ainda como parceiros o Instituto de Educação Profissional Dom Moacyr (IDM) e a Fundação Roberto Marinho. Este programa é balizado pelas Diretrizes Curriculares da Educação Nacional e instrumentos próprios, tais como os Referenciais Curriculares da SEE que são coadunados ou adaptados à realidade de cada comunidade. Neste programa, a equipe pedagógica da SEE trabalha junto aos docentes, construindo o planejamento de forma quinzenal, trabalhando os conteúdos de Meio Ambiente de forma transversal e multidisciplinar em todas as disciplinas, envolvendo os alunos e a comunidade (ACRE, 2010).

O ensino fundamental está organizado em quatro anos, incluso atividades complementares, sendo assim disposta a carga horária por série:

**Tabela 1:** Carga Horária por Ano/Série I

| Disciplinas        | Total                  |            |
|--------------------|------------------------|------------|
|                    | Dias                   | Horas      |
| Língua Portuguesa  | 40                     | 160        |
| Ciências           | 30                     | 120        |
| Arte               | 10                     | 40         |
| Matemática         | 40                     | 160        |
| Língua Estrangeira | 20                     | 80         |
| Geografia          | 30                     | 120        |
| Ensino Religioso   | 10                     | 40         |
| História           | 30                     | 120        |
| Educação Física    | Justificativa em anexo |            |
| <b>Total</b>       | <b>210</b>             | <b>840</b> |

Fonte: Acre (2010, p. 07).

O ensino médio, por sua vez, está organizado em 3 anos e 6 meses, incluso a formação profissional, ofertada pelo Instituto de Educação Profissional Dom Moacyr (IDM), como expresso na tabela abaixo:

**Tabela 2:** Carga Horária por Ano/Série II

|                            | Áreas  | Disciplinas                                | Carga Horária |            |            |
|----------------------------|--|--|---------------|------------|------------|
|                            |  |  | Módulo I      | Módulo II  | Módulo III |
| <b>BASE COMUM</b>          | <b>Linguagens e Códigos e suas tecnologias</b> | Língua Portuguesa                          | 120           | 120        | 120        |
|                            |  | Arte                                       | 40            | 40         | 40         |
|                            |  | Educação Física                            | 30            | 30         | 20         |
|                            | <b>Ciências da Natureza e suas Tecnologias</b> | Biologia                                   | 80            | 80         | 80         |
|                            |  | Física                                     | 80            | 80         | 80         |
|                            |  | Química                                    | 80            | 80         | 80         |
|                            |  | Matemática                                 | 80            | 80         | 80         |
|                            | <b>Ciências Humanas e suas Tecnologias</b>     | Filosofia                                  | 40            | 40         | 40         |
|                            |  | Geografia                                  | 80            | 80         | 80         |
|                            |  | História                                   | 80            | 80         | 80         |
|                            |  | Sociologia                                 | 40            | 40         | 40         |
|                            | <b>Parte Diversificada</b>                     | Língua Estrangeira – Espanhol              | 80            | 80         | 80         |
|                            | <b>Projetos Especiais</b>                      | Sustentabilidade e Organização Comunitária | 120           | -          | -          |
|                            | Sistemas Agro-florestais                       | 180  | -             | -          |            |
| <b>TOTAL ANUAL</b>         |  |  | <b>1.130</b>  | <b>840</b> | <b>840</b> |
| <b>CARGA HORÁRIA TOTAL</b> |  |  | <b>2.810</b>  |            |            |

Fonte: Acre (2010, p. 08).

Dados gerais acerca da presença do Programa Asas da Florestania no Estado do Acre apresentam uma baixa evasão, considerando a amplitude do projeto e as especificidades trabalhadas, sobretudo, no que diz respeito à distância das unidades escolares sob a tutela do projeto. Em dados gerais temos:



**Tabela 3:** Índice de Evasão por Município

| Quantidade de municípios | Nº de alunos | Índice de evasão |
|--------------------------|--------------|------------------|
| 20                       | 6517         | 12,3%            |

Fonte: Acre (2010, p. 08).

No tocante aos cursos de formação ou qualificação profissional, temos a execução de cursos como Sistema Agro-Florestal (SAF) e Horta Ecológica, SAF e Criação de Abelhas Nativas, Roçados Sustentáveis e Avicultura, SAF e Reflorestamento e Produção Artesanal de Derivados do Leite. (ACRE, 2013). Quanto à metodologia do Programa Asas da Florestania, temos a organização dos alunos voltados em círculo, divisão de grupos em equipes capaz de promover a socialização, coordenação, síntese e avaliação, a construção dos memoriais e, por fim, a exposição das produções de todos na sala.

O Planejamento Pedagógico do Programa Asas da Florestania reflete a proposta educacional em quatro grandes eixos: Linguagem verbal; Letramento e conhecimento do mundo; Conhecimentos de temas da natureza, da sociedade e de suas relações; Conhecimento matemático; Artes e cultura corporal, tendo como principais objetivos desenvolver ações concretas, considerando a escola como um espaço de formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, que atuarão de forma coletiva ou individual na sociedade, modificando o rumo social ao qual ele esta inserido. Como as escolas estão localizadas em comunidades de área de proteção ambiental, tendo como público alvo filhos de seringueiros e extrativistas, a proposta pedagógica define e organiza as atividades e os projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem balizadas sempre com as concepções relacionadas às questões ambientais.



**Figura 6.** Escola União na RESEX Chico Mendes, Xapuri/ Acre ( Acervo do Autor).

Tomada como fonte de nossa pesquisa, a Escola União está localizada no interior da Reserva Extrativista Chico Mendes, no município de Xapuri/Acre. Na Escola União é aplicado, assim como todas as escolas provenientes da reserva extrativista, o programa Asas da Florestania. Na Escola União, de modo específico, as disciplinas trabalhadas nesse programa são ministradas de forma modular, menos as disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa, sendo as mesmas ministradas de forma continuada, durante o ano inteiro.

Os encontros entre supervisão, apoio pedagógico e técnico das outras instituições têm o objetivo de garantir a aprendizagem dos alunos, mais ainda:

- Oferecendo orientações pedagógicas ao professor;
- Verificando aplicabilidade da metodologia e das sequências didáticas de acordo com as orientações trabalhadas na formação continuada;
- Acompanhando o desempenho dos alunos (ACRE, 2010, p. 12).

Como o planejamento é feito de forma quinzenal existe um controle no conteúdo trabalhado junto ao corpo docente e um apoio maior para suprir as necessidades dos alunos que possuem dificuldade em assimilar alguns conceitos ministrados. Este fator atesta a importância da cooperação entre docentes e gestores visando incrementar os processos atinentes ao processo de ensino-aprendizagem.

### **3.3. Que Tipo de Educação Ambiental?**

Pode-se destacar que durante o ano de 2013 foi executado um projeto de reflorestamento e formação de uma horta ecológica. As ações que visam a construção do planejamento, conciliado com a concepção de conteúdos atinentes ao meio ambiente, considerando a transversalidade e multidisciplinaridade, atestam a tentativa de se implementar um determinado tipo de Educação Ambiental, a ser ainda analisada e definida.

Nas averiguações realizadas junto à Escola União, bem como nos diálogos travados com as equipes da SEE, existe a preocupação na formação de uma visão crítica nos estudantes com relação ao meio em que eles vivem. Tentando tratar dos problemas relacionados ao meio ambiente de forma a buscar sempre uma abordagem transversal, procura-se garantir uma conscientização dos temas abordados nas disciplinas, procurando entrever o viés sustentável. As abordagens e planejamento feitos pelos coordenadores da SEE na Reserva Extrativista Chico Mendes buscam a construção da conscientização das futuras gerações presentes na Escola União através da visão complexa do mundo.

A necessidade de definição acerca da prática de EA no interior da Reserva Extrativista aponta para uma transformação do processo histórico que nem mesmo considerava o fator ambiental e histórico da região como algo importante que deveriam ser levados em consideração. A constatação, muito embora ainda não aprofundada, remete a tentativa de se alterar o conservadorismo das concepções disciplinares, substituindo-a por uma que visa a transformação da instrumentalização dos fatores educacional e ambiental. O que necessariamente aponta para a necessidade de aprofundamento de pesquisas que visam qualificar a temática ambiental no interior das florestas.

Neste sentido, tal definição está circunscrita na

nova Educação Ambiental transformadora, ou seja, aquela Educação Ambiental que vá além da reedição pura e simples daquelas práticas já utilizadas tradicionalmente na educação, tem a ver com o modo como esta Educação Ambiental revisita esse conjunto de atividades pedagógicas, reatualizando-as dentro de um novo horizonte epistemológico em que o ambiental é pensado como sistema complexo de relações e interações da base natural e social e, sobretudo, definido pelos modos de sua apropriação pelos diversos grupos, populações e interesses sociais, políticos e culturais que aí se estabelece (CARVALHO, 2001, p. 44-45).

Nas observações realizadas na escola, observa-se a tentativa de implementação da EA Transformadora, possibilitada pelas especificidades do *locus* de onde se procura construir novas relações sociais. O processo que foca para as suas próprias limitações na mesma medida em que procura conceber formas de superá-las com o fator ambiental exerce um processo de revisitação a tudo aquilo que já foi posto e construído no decurso da história.

O importante aqui nesse processo é observar que a construção da conscientização das futuras gerações presentes nas escolas da reserva extrativista se dá pela visão complexa do mundo, em que por trás de uma ação objetiva há sempre um significado subjetivo que, apesar de invisível, é também parte componente da realidade e que também é fundamental para a sua construção (MINAYO, 2010).

Entre as práticas ambientais, podemos citar as atividades desenvolvidas pelos coordenadores da SEE na Escola União, isso através de projetos pedagógicos anuais, que tem por objetivo principal proporcionar aos alunos a construção de habilidades necessárias.

Tais atividades se tornam desafiadoras e significativas para a vida dos alunos, para os quais a temática de EA é ministrada em todas as disciplinas de forma transversal, como por exemplo, o projeto de reflorestamento envolvendo os alunos da escola em conjunto com a comunidade e outro projeto de extrativismo de forma sustentável, desenvolvidas nas disciplinas de Biologia, Química e Matemática. O objetivo principal é conscientizar os alunos sobre a forma de se respeitar o ciclo natural de manejo dos produtos extrativistas, como a castanha, o óleo de copaíba, o leite de seringa e etc.

Paralelo a essa prática, ao se verificar os diários de classe, notamos que é trabalhado também na disciplina de Língua Portuguesa o exercício da leitura de textos relacionados às questões ambientais, como forma de aprimorar a leitura e a escrita criando-se também uma visão geral dos alunos acerca da importância da preservação do meio ambiental e da sustentabilidade como meio de sobrevivência. Nesse contexto os docentes figuram atividades e reflexões em suas aulas que levam em consideração o papel dos alunos dentro de sua comunidade, como parte integrante do sistema educacional de emancipação e de transformação socioambiental que deve estar presente em todos os níveis de educação.

O Programa Asas da Florestania possui no seu planejamento pedagógico para o Ensino Fundamental, a proposta de contextualizar os projetos associados às necessidades de cada comunidade onde as escolas estão inseridas. Já no Ensino Médio é dada ênfase a sequência didática, oferecendo educação profissional de acordo com a vocação produtiva de cada comunidade. Na Escola União, por exemplo, existe um posto de coleta da seiva da seringueira, subsidiada pelo governo, para o uso na fabricação de preservativos na fábrica de camisinha de Xapuri, única no mundo feita de látex nativo.

Assim, aplicar as práticas ambientais nas disciplinas ministradas vão ao encontro da percepção da criação de uma visão crítica, onde não é importante apenas lidar com as questões ambientais mais visíveis tais como: desmatamento, coleta seletiva do lixo e outras medidas mais objetivas de preservação ambiental; o importante é a criação de pessoas mais participativas e conscientizadas das suas ações e da importância de seu “eu” no mundo.

Como se observa desse contexto apresentado consideramos que esse processo pode ser fundamentado nos dizeres que afirmam que

o ambiente educativo que se realiza em ações de caráter pedagógico de intervenção na comunidade, assume a dimensão política da educação potencializando o exercício de cidadania dos educandos e educadores. Ou seja, uma EA que instrumentalize e forme agentes atuantes no processo de transformação da realidade, voltado para a construção de uma sociedade socioambientalmente sustentável, o que faz do cotidiano escolar um lugar não só de reprodução, mas também de construção de novos valores sociais constituintes da nova realidade (GUIMARÃES, 2009, p. 51).

O processo de transição de um tipo de EA por uma outra, necessariamente, pelos Encontros Pedagógicos realizados pelas equipes da SEE junto à Reserva Extrativista Chico Mendes. Tais encontros funcionam através da valorização da participação comunitária onde são realizadas as seguintes operações: acolhida, apresentação de equipes, problematização de temas, rodas de conversa, momento de autoavaliação, avaliação da aprendizagem, o planejamento estratégico, o planejamento de aula, socialização dos planos para posterior práticas dos mesmos.

Diante disso, é comum que a orientação do processo educativo se baseie no âmbito das práticas pedagógicas das implicações desse processo de EA no interior das florestas amazônicas. É precisamente nesse momento que se enfatize a importância da criação da Escola União, a qual procura se ancorar em práticas pedagógicas que orientam o homem para a resolução do processo de crise ecológica instaurado.

## CONCLUSÃO

A exposição de trabalho evidenciou que o vínculo possível entre educação e o fator ambiental foi possibilitado pelo êxito epistemológico da transversalidade, orientada para responder a uma conjuntura problemática vigente há séculos na sociedade global, isto é, a crise ecológica. Tal processo de crise tem encontrado na EA Conservadora determinadas práticas que visam apenas a legitimação dos processos exploração dos fatores ambientais, não equacionando o problema da crise ecológica. Daí a necessidade de uma educação transformadora.

O acompanhamento feito em conjunto com os coordenadores da SEE foi primordial para o desenvolvimento do estudo das práticas pedagógicas na Escola União, acompanhando todos os planejamentos realizados com os docentes da escola e a consequente aplicação das práticas em aulas diárias e atividades pedagógicas em conjunto com a comunidade.

A análise das práticas pedagógicas da Escola União, através da apreciação da rotina estabelecida pelas equipes da SEE no interior da comunidade, atestou a construção de formas de planejamento que visam coadunar os conteúdos de meio ambiente de modo transversal e multidisciplinar em várias disciplinas, relacionando alunos e a comunidade como um todo. Creditamos a práticas pedagógicas que visam implementar a transversalidade e a multidisciplinaridade ao baixo índice de evasão que se constata na Escola União, algo que deve ser reforçado e destacado, tendo em vista as distâncias que devem ser percorrida por todos da comunidade no descolamento à unidade escolar, conforme dados do capítulo terceiro.

A aplicação das práticas pedagógicas e ambientais no interior da Escola União vão além da alusão às data comemorativas, possibilitando a construção de conceito prático de educação ambiental, que pode ser contraposto ao conceitos tradicionais estabelecidos no interior da discussão teórica acerca da EA.

Diante disso, pode-se afirmar que se está diante de um processo embrionário que se procura implementar novas formas de concepção, tanto do fazer pedagógico bem como da inserção do meio ambiente no conjunto das relações humanas; por assim dizer, uma nova forma de se conceber a EA.

A criação das reservas extrativistas representa um importante fator de desenvolvimento social, bem como de proteção do meio ambiente de forma racional e sustentável, tendo em vista que a luta do movimento social dos seringueiros não se focava unicamente no fator terra, mas também dos recursos nelas disponíveis. Trata-se, portanto, de um modelo de Reforma Agrária que extrapolou os âmbitos políticos, sociais e econômicos, mas que também se apresentava como ambiental, o que pode ser interpretado como um conjunto de práticas transformadoras nas perspectivas que tratam da crise ecológica.

Diante do exposto, não seria forçoso apresentar este tipo de intervenção governamental como impregnada de uma concepção que pode ser conceituada como crítica, a qual realiza um processo de desconstrução das práticas tradicionais relacionadas não apenas à educação, mas também ao fator ambiental. A fundamentação de novas formas de lidar com os problemas de modo amplo, desfazendo a visão parcial de um processo intrincado, porém assimilável pela via cognitiva.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACRE. *Acre em Números 2010*. SEPLAN/ACRE. Rio Branco, 2010
- ACRE. *Acre em Números 2011*. SEPLAN/ACRE. Rio Branco, 2011.
- ACRE. *Acre em Números 2012*. SEPLAN/ACRE. Rio Branco, 2012.
- ALLEGRETTI, Mary. *A Construção social de políticas públicas. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros*. Editora UFPR. Desenvolvimento e Meio Ambiente. n.18, p. 39-59, jul-dez. 2008.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. *Qual educação ambiental? Elementos para um debate sobre educação ambiental e extensão rural*. Porto Alegre. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 2, n. 2, abr./jun. 2001
- COGGIOLA, Osvaldo. *Ecologia e Marxismo*. Motrivivência. Ano XVI, n. 22, p. 39-46 Jun./2004.
- GUERRA, Antonio Fernando S. GUIMARÃES, Mauro. *Educação Ambiental no Contexto Escolar: Questões levantadas no GDP*. Pesquisa em Educação Ambiental, vol. 2, n.1. p. 155-166, 2007.
- GUIMARÃES, Mauro. et al. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 29, n. 77, p. 49-62, jan./abr. 2009
- LIMA, Gustavo Ferreira da Costa Lima. *Educação, emancipação e sustentabilidade: em defesa de uma pedagogia libertadora para a educação ambiental*. In: LAYRARGUES, Philippe Pomier (coord.). *Identidades da educação ambiental brasileira*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.
- LOREIRO, Carlos Frederico Bernardo. *Cidadania e Meio Ambiente*. Construindo os Recursos do Amanhã, v. 1. Salvador: Centro de Recursos Ambientais, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Complexidade e Dialética: Contribuições à práxi política e emancipatória em educação ambiental*. Educação e Sociedade. Campinas, vol. 27, n. 94, p. 131-152, jan./abr. 2006.
- MAIA, I. D. *Conselhos Gestores e as “reformas do Estado”: da não participação à participação autoritária*. Rio Branco: UFAC, 2007 (Monografia do Curso de Ciências Sociais).
- \_\_\_\_\_. *As concessões de florestas públicas na Amazônia Brasileira*. Rio Branco: UFAC, 2010 (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional).
- MEDINA, Naná Mininni. *Breve Histórico da Educação Ambiental*. <[http://pm.al.gov.br/bpa/publicacoes/ed\\_ambiental.pdf](http://pm.al.gov.br/bpa/publicacoes/ed_ambiental.pdf)> Acesso em 10/02/2014.
- MINAYO, M.C.S. (Org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 29 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010.
- Petrópolis, RJ: Vozes, 2010 SANTOS, Edvalter Souza. *Educação e Sustentabilidade*. Salvador. Revista da FAEEBA, v. 11, n. 18, jul./dez. 2002.



## ANEXOS



**Figura 7.** Escola União na RESEX Chico Mendes, Xapuri/Acre (Acervo do Autor).



**Figura 8.** Escola União na RESEX Chico Mendes, Xapuri/Acre (Acervo do Autor).